

Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO

Av. Principal, s/n.º

LEI Nº 014/97, DE 13 FEVEREIRO DE 1.997.

"INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS, ESTA DO DO TOCANTINS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas, sancio no a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituido o Conselho Municipal de Saúde - CMS - em caráter permanente, como órgão deliberati vo do Sistema Único de Saúde - SUS - no âmbito Municipal.

Art. 2º - Sem prejuizo das funções do Poder Legis lativo, são competências do CMS:

I - definir as prioridades da Saude;

II - estabelecer as diretrizes a serum obervadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS);

III - atuar na formação de estratégias e no con trole da execução da política de Saúde;

IV - propor critério para a progamação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de 'Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar os ser viços de Saúde, prestados à população pelos órgãos e entida des públicas, filantrópicas e privadas, integrantes do SUS no Município;

John !



Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO

Av. Principal, s/n.º

VI - definir critérios de qualidades para o fun cionamento dos serviços de saúde, públicos, filantrópicos e privados, no âmbito do SUS;

VII - definir critérios para a celebração de con tratos e convênios entre o setor público e as entidades filan trópicas e privadas de saúde, no que tange à prestação de ser viços de saúde;

VIII - apreciar previamente os contratos e convê

IX - estabelecer diretrizes quanto à localização! e o tipo de unidade prestadora de serviços de saúde pública, no âmbito do SUS;

X - elaborar seu Regimento Interno.

XI - outras atribuições estabelecidas nas norma complementares.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO - I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - 0 CMS terá a seguinte composição:

- I DO GOVERNO MUNICIPAL
- a) Secretaria Municipal de Saude;
- b) Secretaria Municipal de bem estar Social;
- c) Secretaria Municipal De Administração;
- II DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:
- a) Representante do Posto Municipal de Sande,
- b) Representante dos Profissionais de Saude com habilitação na área;



Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO

c) Representante dos funcionários da Saude;

III - DOS USUÁRIOS:

- a) Representante da Assembléia de Deus;
- b) Representante da Igreja Católica;
- c) Representante dos Moradores de Crixás do To cantins-To;
- d) Representante da Associação das Donas de Casa;
- e) Representante dos Estudantes;
- f) Representante dos Professores do Municipio de Crixás do Tocantins-To.

Parágrafo 1º - a cada titular do CMS corresponderá um suplente.

Paragrafo 2º - Será considerada como existente para fins de participação no CMS, entidade regularmente organiza da.

Parágrafo 3º - A representação dos trabalhadores do SUS no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

Parágrafo 4º - A representação dos prestadores de serviços no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

Parágrafo 5º - O número de representante que trata o inciso II do presente artigo, não será inferior a 50% (cin quenta pontos percentuais) dos mesmos membros do CMS.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo PREFEITO MUNICIPAL, mediante indicação

I - da autoridade estadual ou federal correspon

Jan



Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO

dente, no caso da representação de orgãos estaduais ou fede rais.

II - das respectivas entidades nos demais casos;

Paragrafo 1º - os representantes do GOVERNO MUNI CIPAL serão de escolha do Prefeito Municipal.

Parágrafo 2º - o Secretário Municipal de Saúde é membros nato do CMS.

Paragrafo 3º - na ausência ou impedimento do Presidente do CMS, a presidência sera assumida pelo seu suple te.

Art. 5º - O CMS reger-se-à pelas seguintes dispo sições, no que se refere a seus membros:

I - o exercício da função de Conselheiro não se ra remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II - os membros serão substituidos caso faltem sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ' ou 05 (cinco) reuniões intercaladas no período de (um) ano;

III - os membros do CMS poderão ser substituidos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO - II

DO FUNCION AMENTO

Art. 6º - 0 CMS, terá seu funcionamento regido pe las seguintes normas:

I - o órgão de deliberação máxima é o plenário;

II - as seccos plenárias seão realizadas ordinariamente quan do convocadas pelo presidente ou por requerimento de maio

ria dos seus membros, com mínimo de 48 horas.



Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO

presença da maioria dos votos dos presentes.

IV - cada membro do CMS, terá direito a único vo to, na sessão plenário.

V - o presidente do CMS terá além do voto comum, o de qualidade, bem como prerrogativa de deliberação ADEFEREN DUM do plenário.

Art. 7º - O Departamento Municipal de Saude presta ra apoio administrativo necessario ao funcionamento do CMS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções, '
o CMS poderá convidar pessoas e entidades, mediante os seguin
tes critérios.

I - poderão ser convidadas pessoas ou institui '
cões de notória idoneidade e especialização para assessoria o
CMS em assuntos específicos.

II - poderão ser criadas Comissões Internas constituidas por Entidades, membros do CMS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

, Paragrafo Único - as resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenários, reuniões de Diretoria e Comis sões, deverão ser amplamente divulgados.

. Art. 9º - As sessões plenárias ordinárias e extraor dinária do CMS deverão ter divulgação ampla e assegurar ao público o acesso.

Art. 10º - 0 CMS elaborará seu regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

1-m



Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO

Art. 11º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de Ri 4.000,00 (quatro mil re ais), para prover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCAN TINS, ESTADO DO TOCANTINS, aos treze dias do mês de fevereiro de 1.997.

> JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO Av. Principal, s/n.º

LEI Nº 007/97, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1.997.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE DIÁRIA PARA O PRE FEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRIXAS DO TOCANTINS, ESTA DO DO TOCANTINS.

Faço saber que a Câmara Municipal aproxou, e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas, sancio no a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Criada a Diária para o Senhor Prefeito Municipal custear as despesas com viagens a serviços deste Município, no valor de R\$ 80,00 (citente reais).

Art. 2º - A diária referida no artigo anterior, '
poderá oscilar para mais, levando em conta a distância e o
lugar a que se dirigir o Chefe do Poder Executivo Munici
pal, não podendo a mesma ultrapassar no mesmo mês a 50%
(cinquenta por cento) de sua remuneração mensal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCAN TINS, ESTADO DO TOCANTINS, aos treze dias do mês de feverei ro de 1.997.

> JOSÉ EUIZ DE ALMEIDA Frefeito Municipal